

TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ: 39.763.902/0001-15

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Mensagem da Administração

A Tertúlia Participações e Administração S.A. é uma holding não operacional, atuação na gestão da participação societária, alocação de capital e acompanhamento da empresa investida, a Prolagos S.A. As demonstrações financeiras da Companhia e da investida Prolagos podem ser encontradas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM: <https://sistemas.cvm.gov.br/>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora			Consolidado			Passivo	Controladora			Consolidado				
	Nota	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2024		01/01/2024	Nota	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2025	01/01/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	6	30	144	113	8.756	9.505	5.436	Fornecedores e empreiteiros	13	-	17	-	61.779	44.660	25.631
Aplicações financeiras	7	-	-	-	394.058	126.862	256.939	Financiamentos e debêntures	14	-	-	-	50.377	33.664	79.209
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	70.715	61.786	12.743	Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	-	-	9.092	8.822	6.725
Estoques	-	-	-	-	5.260	5.661	4.676	Obrigações fiscais	-	-	-	-	6.487	4.664	6.417
Tributos a recuperar	-	-	-	-	12.440	4.769	3.805	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	20.070	19.923	17.840
Outros créditos	-	-	-	-	3.484	5.243	3.294	Outras contas a pagar	16	-	-	-	24.014	13.640	3.726
Total do ativo circulante		30	144	113	494.713	213.826	286.893	Total do passivo circulante		17	17	171.819	125.373	139.548	
Aplicações financeiras	7	-	-	-	10.942	8.044	8.245	Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	-	6.640	3.393	8.686
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	33.855	32.593	77.431	Financiamentos e debêntures	14	-	-	-	1.008.905	605.699	575.369
Tributos a recuperar	-	-	-	-	29	29	29	Provisões para demandas judiciais	17	-	-	-	2.619	7.182	10.276
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	25.819	14.117	10.231	Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	-	5.363	2.533	2.428
Depósitos judiciais	17	-	-	-	42.333	40.688	31.924	Outras contas a pagar	16	-	-	-	66.314	64.913	1.226
Outros créditos	-	-	-	-	324	43	17	Total do passivo não circulante		17	17	1.089.841	683.720	597.985	
Total do realizável a longo prazo					113.302	95.514	127.877	Total do passivo		17	17	1.261.660	809.093	737.533	
Investimento	10	382.376	423.962	434.869	-	-	-	Patrimônio líquido	18	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	81.692	76.191	5.414	Capital social	-	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675
Ativo de contrato da concessão	11	-	-	-	89.094	41.058	100.674	Custo com emissão de novas ações	-	(13.030)	(13.030)	(13.030)	(13.030)	(13.030)	(13.030)
Intangível	12	-	-	-	865.265	806.593	651.657	Ajuste avaliação patrimonial	-	(913)	(922)	(900)	(913)	(922)	(900)
Total do ativo não circulante		382.376	423.962	434.869	1.149.353	1.019.356	885.622	Reserva de capital	-	394.674	436.366	447.237	394.674	436.366	447.237
Total do ativo		382.406	424.106	434.982	1.644.066	1.233.182	1.172.515	Total do patrimônio líquido		382.406	424.089	434.982	382.406	424.089	434.982
		382.406	424.106	434.982	1.644.066	1.233.182	1.172.515	Total do passivo e patrimônio líquido		382.406	424.106	434.982	1.644.066	1.233.182	1.172.515

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2024	Nota	Capital social	Custo com emissão de novas ações	Reserva de capital	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros		Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
						Legal	Retenção de lucros			
		1.675	(13.030)	499.500	32.044	335	(84.924)	-	-	435.600
Ajustes reapresentação		-	-	(52.263)	(32.044)	(335)	84.924	(900)	-	(618)
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - (reapresentado)		1.675	(13.030)	447.237	-	-	-	(900)	-	434.982
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	149.127	149.127
Ganho (Perda) atuarial - Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-	(22)
Destinação:										
Dividendos intercalares	18 c.	-	-	-	-	-	-	-	(149.127)	(149.127)
Dividendos intermediários	18 c.	-	-	(10.871)	-	-	-	-	-	(10.871)
Lucros retidos	18 d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - (reapresentado)		1.675	(13.030)	436.366	-	-	-	(922)	-	424.089
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	158.308	158.308
Ganho (Perda) atuarial - Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Destinação:										
Dividendos intercalares	18 c.	-	-	-	-	-	-	-	(158.308)	(158.308)
Dividendos Intermediários	18 c.	-	-	(41.692)	-	-	-	-	-	(41.692)
Lucros retidos	18 d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.675	(13.030)	394.674	-	-	-	(913)	-	382.406

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	-	851.184	719.427	625.270
Custos dos serviços prestados	20	-	-	(346.938)	(299.686)	(227.761)
Lucro bruto		-	-	504.246	419.741	397.509
Despesas administrativas e gerais	20	(109)	(167)	(7)	(134.540)	(95.741)
Outras receitas operacionais	-	-	-	409	435	85
Outras despesas operacionais	-	-	-	(26)	(24)	(8)
Resultado de equivalência patrimonial	10	158.406	149.264	155.812	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		158.297	149.097	155.805	370.089	324.411
Receitas financeiras	21	13	34	2	81.283	46.501
Despesas financeiras	21	(2)	(4)	(2)	(215.687)	(147.292)
Resultado financeiro		11	30	-	(134.404)	(100.791)
Resultado antes dos tributos		158.308	149.127	155.805	235.685	223.620
Imposto de renda e contribuição social corrente	22 a.	-	-	-	(89.082)	(78.371)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22 a.	-	-	-	11.705	3.878
Lucro líquido do exercício		158.308	149.127	155.805	158.308	149.127

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2025	01/01/2024	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes dos tributos	-	158.308	149.127	235.685	-	223.620
Ajustes para:						
Amortização e depreciação	20	-	-	85.553	-	74.413
Resultado na baixa de intangível	11	-	-	-	-	-
Provisões para demandas judiciais	17 e 20	-	-	4.479	-	4.634
Provisão de benefício pós-emprego	-	-	-	2.844	-	75
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	8 e 20	-	-	15.368	-	14.212
Baixa de títulos de contas a receber	8 e 20	-	-	16.884	-	5.572
Margem de construção ativo intangível	11 (i)	-	-	(3.932)	-	(3.179)
Rendimento sobre aplicações financeiras	21	-	-	(65.738)	-	(28.571)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	15 e 21	-	-	131.876	-	172.181
Amortização do custo de captação	15 e 21	-	-	5.309	-	2.327
Ajuste a valor presente de clientes	8 e 21	-	-	2.434	-	1.140
Atualização monetária de demandas judiciais	-	-	-	(4.472)	-	(1.213)
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	(1.038)	-	(3.133)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(158.405)	(149.264)	-	-	-
Juros de arrendamentos	16 (i) e 21	-	-	8.248	-	4.720
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(97)	(137)	433.500	366.798	366.798

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos

	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	-	-	(44.877)	(25.129)
Estoques	-	-	401	(985)
Tributos a recuperar	-	-	20.198	4.876
Depósitos judiciais	-	-	(607)	(5.631)
Outros créditos	-	-	1.178	(3.100)
Aumento/(Diminuição) dos passivos	(17)	17	9.824	4.079
Fornecedores e empreiteiros	-	-	270	2.097
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	1.823	(1.758)
Obrigações fiscais	-	-	(4.270)	(5.388)
Pagamento de demandas judiciais	17	-	3.151	1.437
Outras contas a pagar	-	-	(110.203)	(70.278)
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	15	-	(8.248)	(4.720)
Juros pagos sobre arrendamentos	16 (i)	-	(80.239)	(71.000)
Imposto de renda e contribuição social pagos	22 a.	-	-	-
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(114)	(120)	221.901
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras, líquidas	-	-	(249.878)	129.628
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	-	-	33.827	23.432
Dividendos recebidos	200.000	160.149	-	-
Aquisição de ativo de contrato da concessão	11	-	(178.470)	(143.344)
Aquisição de imobilizado	-	-	(639)	(691)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		200.000	160.149	(395.160)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures captadas	15	-	815.789	45.000
Custo na captação de financiamentos e debêntures	15	-	(4.902)	(844)
Financiamentos e debêntures pagas	15	-	(423.110)	(68.382)
Pagamentos de arrendamentos	16 (i)	-	(15.267)	(12.030)
Dividendos pagos	18 d.	(200.000)	(159.998)	(200.000)
Juros recebidos	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(200.000)	(159.998)	172.510
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(114)	31	(749)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	144	113	9.505
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	30	144	8.756
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(114)	31	(749)

disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. c) **Ativos intangíveis:** O Grupo possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. d) **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** O Grupo, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor

★ **continuação** **TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

A metodologia utilizada requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, considerando, entre outros fatores: o histórico de recebimentos e recuperações; a composição e o prazo da carteira de contas a receber; as condições econômicas atuais; e expectativas razoáveis e sustentáveis quanto a perdas futuras, quando aplicável. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 23. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de relatório, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** O Grupo aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. f) **Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures:** Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. g) **Benefícios a empregados:** (i) **Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. h) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. i) **Receita de contrato com cliente:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: (i) **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) **Outros serviços indiretos de água e esgoto:** A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) **Receita a faturar de serviços de água e esgoto:** As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. (iv) **Receitas de construção ativo intangível:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. (j) **Ajustes a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: renegociações de contas a receber conforme nota explicativa nº 8 e arrendamentos conforme nota explicativa nº 16. j) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Tributo corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) **Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. k) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (l) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, com mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) O Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) **Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para

ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (vi) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, amortização do custo de captação, Impostos sobre Receita Financeira e juros de arrendamentos. l) **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. m) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Novos pronunciamentos contábeis poderão ser aplicáveis a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo: • Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtotal obrigatório de lucro operacional; • Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica; • Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e • Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. O Grupo encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis. **5. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Durante o exercício de 2025 o Grupo identificou ajustes contábeis relacionados aos assuntos descritos abaixo. Em decorrência disso, o Grupo procedeu à reapresentação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23/IAS 8. (i) Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes, em conformidade com o CPC 47/IFRS 15; (ii) Revisão da metodologia de cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com base nos requerimentos do CPC 48/IFRS 9; (iii) Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo, nos termos do CPC 12 e do CPC 48; (i) **Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes:** No contexto da reapresentação, o Grupo procedeu à reavaliação de seus critérios adotados para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, no contexto do CPC 47/IFRS 15. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se que determinados saldos de receita anteriormente reconhecidos não atendiam, de forma integral, a pelo menos um dos cinco passos exigidos pela norma para o reconhecimento da receita, especialmente no que se refere à identificação de contrato válido com cliente e à avaliação da probabilidade de recebimento da contraprestação. Especificamente, foram identificadas situações em que receitas haviam sido reconhecidas para clientes cuja situação cadastral se encontrava incompleta ou desatualizada, o que inviabilizava a adequada avaliação da capacidade financeira e da intenção de pagamento desses clientes. Nesses casos, concluiu-se que não estavam presentes evidências suficientes para suportar a existência de um contrato com substância comercial, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15. Adicionalmente, foram identificados saldos de clientes com faturas vencidas, sem histórico anterior de recebimento ou expectativa razoável de liquidação. Tal condição compromete diretamente o atendimento ao requisito de probabilidade de recebimento da contraprestação, afetando o cumprimento dos cinco passos previstos no CPC 47/IFRS 15. Em decorrência disso, todas as receitas anteriormente reconhecidas para esses clientes foram integralmente estornadas, bem como os respectivos clientes excluídos da base de faturamento da controlada da Companhia. Em função dos aspectos acima descritos, a Companhia promoveu o ajuste de seus critérios de reconhecimento de receita e efeitos tributários sobre o faturamento, resultando na reapresentação das demonstrações financeiras, de modo a refletir de forma mais fidedigna os princípios e requerimentos estabelecidos pelo CPC 47/IFRS 15. (ii) **Revisão da metodologia de cálculo da Perdas de Crédito Esperadas:** O Grupo revisou a metodologia de mensuração das perdas de crédito esperadas aos recebíveis de clientes e concluiu que não estava em conformidade com o CPC 48/IFRS 9. A revisão da PECLD contemplou a substituição de práticas anteriores por uma metodologia baseada em uma matriz de provisão construída a partir de faixas de vencimento (aging) e taxas de perda esperada calibradas com base em histórico de perdas e padrões de comportamento de recebimento, esta matriz foi denominada de "matriz de rolagem". Por fim, no âmbito da revisão dos critérios, também foram identificadas renegociações realizadas com clientes que apresentavam parcelas vencidas há mais de 30 dias. Considerando que tais clientes já possuíam histórico de inadimplência e que a renegociação não eliminava as incertezas relevantes quanto à capacidade e intenção de pagamento, o Grupo concluiu que não estavam atendidos os requisitos para manutenção dos saldos a receber. Assim, os saldos reconhecidos para esses clientes foram integralmente baixados. (iii) **Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo:** O Grupo revisou a taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber classificados no longo prazo. Como resultado dessa revisão, identificou-se a necessidade de adequar a taxa de desconto anteriormente aplicada, que utilizava uma taxa real, ao invés de uma taxa nominal. Além dos ajustes descritos acima, o Grupo procedeu com outros ajustes referentes a: (iv) Revisão dos valores reconhecidos como Depósitos Judiciais; (v) Reconhecimento de passivos atuariais de acordo com o CPC 33/IAS 19; (vi) Revisão e reconhecimentos refletidos sobre os tributos correntes e diferidos, de acordo com o CPC 32/IAS 12; (vii) Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado; (viii) Reclassificações da demonstração de fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado			
	01 janeiro de 2024		01 janeiro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Contas a receber de clientes	-	-	-	161.206	(148.463)	(i)(ii)(iii) 12.743
Tributos a recuperar	-	-	-	200	3.605	(i) 3.805
Demais saldos	113	-	113	270.345	-	270.345
Total do ativo circulante	113	-	113	431.751	(144.858)	286.893
Contas a receber de clientes	-	-	-	65.944	11.487	(i)(ii)(iii) 77.431
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	10.231	(vi) 10.231
Depósitos judiciais	-	-	-	23.773	8.151	(iv) 31.924
Demais saldos	-	-	-	8.291	-	8.291
Total do realizável a longo prazo	-	-	-	98.008	29.869	127.877
Investimentos	521.751	(86.882)	(vii) 434.869	-	-	-
Demais saldos	-	-	-	757.745	-	757.745
Total do ativo não circulante	521.751	(86.882)	434.869	855.753	29.869	885.622
Total do ativo	521.864	(86.882)	434.982	1.287.504	(114.989)	1.172.515
	Controladora		Consolidado			
	01 janeiro de 2024		01 janeiro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Obrigações fiscais	-	-	-	6.032	385	(iv) 6.417
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	17.106	734	(vi) 17.840
Outras contas a pagar	-	-	-	3.726	-	3.726
Demais saldos	-	-	-	111.565	-	111.565
Total do passivo circulante	-	-	-	138.429	1.119	139.548
Fornecedores e empreiteiros	-	-	-	8.686	-	8.686
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	10.276	-	10.276
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	-	2.428	(v) 2.428
Passivo fiscal diferido	-	-	-	31.654	(31.654)	(vi) -
Demais saldos	-	-	-	576.595	-	576.595
Total do passivo não circulante	-	-	-	627.211	(29.226)	597.985
Total do passivo	-	-	-	765.640	(28.107)	737.533
Patrimônio líquido						
Reserva de capital	499.500	(52.263)	(vii) 447.237	499.500	(52.263)	(vii) 447.237
Reservas de lucros	1.675	(1.675)	(vii) -	1.675	(1.675)	(vii) -
Dividendo adicional proposto	32.044	(32.044)	(vii) -	32.044	(32.044)	(vii) -
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(900)	(v) (900)	-	(900)	(v) (900)
Demais saldos	(11.355)	-	(11.355)	(11.355)	-	(11.355)
Total do patrimônio líquido	521.864	(86.882)	434.982	521.864	(86.882)	434.982
Total do passivo e patrimônio líquido	521.864	(86.882)	434.982	1.287.504	(114.989)	1.172.515
	Controladora		Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Contas a receber de clientes	-	-	-	180.722	(118.936)	(i)(ii)(iii) 61.786
Tributos a recuperar	-	-	-	199	4.570	(i) 4.769
Demais saldos	144	-	144	147.271	-	147.271
Total do ativo circulante	144	-	144	328.192	(114.366)	213.826
Contas a receber de clientes	-	-	-	72.150	(39.557)	(i)(ii)(iii) 32.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	14.116	(vi) 14.116
Depósitos judiciais	-	-	-	29.404	11.284	(iv) 40.688
Demais saldos	-	-	-	8.116	-	8.116
Total do realizável a longo prazo	-	-	-	109.670	(14.157)	95.513
Investimentos	523.136	(99.174)	(vii) 423.962	-	-	-
Demais saldos	-	-	-	923.842	-	923.842
Total do ativo não circulante	523.136	(99.174)	423.962	1.033.512	(14.157)	1.019.355
Total do ativo	523.280	(99.174)	424.106	1.361.704	(128.523)	1.233.181
	Controladora		Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Obrigações fiscais	-	-	-	4.141	523	(iv) 4.664
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	19.189	734	(vi) 19.923
Demais saldos	17	-	17	100.786	-	100.786
Total do passivo circulante	17	-	17	124.116	1.257	125.373
Passivo fiscal diferido	-	-	-	33.138	(33.138)	(vi) -
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	-	2.533	(v) 2.533
Demais saldos	-	-	-	681.187	-	681.187
Total do passivo não circulante	-	-	-	714.325	(30.605)	683.720
Total do passivo	17	-	17	838.441	(29.348)	809.093
Patrimônio líquido						
Reserva de capital	499.500	(63.134)	(vii) 436.366	499.500	(63.134)	(vii) 436.366
Reservas de lucros	1.675	(1.675)	(vii) -	1.675	(1.675)	(vii) -
Dividendo adicional proposto	33.443	(33.443)	(vii) -	33.443	(33.443)	(vii) -
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(922)	(v) (922)	-	(922)	(v) (922)
Demais saldos	(11.355)	-	(11.355)	(11.355)	-	(11.355)
Total do patrimônio líquido	523.263	(99.174)	424.089	523.263	(99.174)	424.089
Total do passivo e patrimônio líquido	523.280	(99.174)	424.106	1.361.704	(128.522)	

* continuação												
TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)												
Demonstrações dos resultados (Em milhares de Reais)	Controladora			Consolidado						Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024						2025	2024	
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado				(reapresentado)		
Receita operacional líquida	-	-	-	726.541	(7.114)	(i)	719.427					
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(298.977)	(709)	(i)	(299.686)					
Lucro bruto	-	-	-	427.564	(7.823)		419.741					
Despesas administrativas e gerais	(168)	1 (ii)(v)	(167)	(77.816)	(17.925)	(ii)(v)	(95.741)					
Resultado de equivalência patrimonial	161.535	(12.271)	(vii)	149.264	-	-	-					
Demais saldos	-	-	-	411	-	-	411					
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	161.367	(12.270)	149.097	350.159	(25.748)		324.412					
Receitas financeiras	34	-	34	43.368	3.133	(iv)	46.501					
Despesas financeiras	(4)	-	(4)	(151.315)	4.023	(iii)	(147.292)					
Resultado financeiro	30	-	30	(107.947)	7.156		(100.791)					
Resultado antes dos tributos	161.397	(12.270)	149.127	242.212	(18.592)		223.621					
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(79.331)	960	(vi)	(78.371)					
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	(1.484)	5.362	(vi)	3.878					
Lucro líquido do exercício	161.397	(12.270)	149.127	161.397	(12.270)		149.127					
Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)	Controladora			Consolidado								
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024								
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado						
Lucro líquido do exercício	161.397	(12.270)	149.127	161.397	(12.270)	149.127						
Itens que não poderiam ser classificados para o resultado												
Perdas atuariais - benefício pós-emprego	-	-	-	-	(33)	(v)	(33)					
IR/CS diferidos sobre benefício pós-emprego	-	-	-	-	11	(vi)	11					
Resultado abrangente total	161.397	(12.270)	149.127	161.397	(12.292)		149.105					
Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)	Controladora			Consolidado								
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024								
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado						
Fluxos de caixa das atividades operacionais												
Resultado antes dos tributos	161.397	(12.270)	(vii)	149.127	242.212	(18.592)	223.620					
Ajustes para:												
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.449	12.763	(iii)	14.212				
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	-	-	4.041	1.531	(i)	5.572				
Provisão benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	75	(v)	75				
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	-	-	3.781	(2.641)	(iii)	1.140				
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-	-	(3.133)	(iv)	(3.133)				
Resultado de equivalência patrimonial	(161.534)	12.270	(149.264)	-	-	-	-					
Demais saldos	-	-	-	-	125.312	-	125.312					
Variações nos ativos e passivos	(137)	-	(137)	376.795	(9.997)		366.798					
Contas a receber de clientes	-	-	-	(34.993)	9.864	(i)(ii)(iii)	(25.129)					
Tributos a recuperar	-	-	-	4.787	89	(i)	4.876					
Demais saldos	-	-	-	(9.716)	-	-	(9.716)					
Fornecedores e empreiteiros	17	-	17	13.736	(9.657)	(viii)	4.079					
Obrigações fiscais	-	-	-	(1.892)	134	(iv)	(1.758)					
Juros pagos de arrendamentos	-	-	-	-	(4.720)	-	(4.720)					
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(70.910)	(90)	(vi)	(71.000)					
Demais saldos	-	-	-	(72.132)	-	-	(72.132)					
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(120)	-	(120)	205.675	(14.377)		191.298					
Aquisição de ativo de contrato da concessão	-	-	-	(153.001)	9.657	(iv)	(143.344)					
Demais saldos	160.149	-	160.149	152.369	-	-	152.369					
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	160.149	-	160.149	(632)	9.657		9.025					
Pagamentos de arrendamentos	-	-	-	(16.750)	4.720	-	(12.030)					
Demais saldos	(159.998)	-	(159.998)	(184.224)	-	-	(184.224)					
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(159.998)	-	(159.998)	(200.974)	4.720		(196.254)					
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	31	-	31	4.069	-		4.069					
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	31	-	31	4.069	-		4.069					
6. Caixa e equivalentes de caixa:												
				Controladora	Consolidado							
				2025	2024		2025	2024				
Caixa	-	-	-	-	-	-	29	20				
Bancos conta movimento	-	-	-	30	144	-	8.727	9.485				
Total	-	-	-	30	144	-	8.756	9.505				
7. Aplicações financeiras:												
				Controladora	Consolidado							
				2025	2024		2025	2024				
Modalidade	-	-	-	-	-	-	375.190	104.997				
Fundo de Investimento Safira	-	-	-	-	-	-	29.810	29.909				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	405.000	134.906				
Circulante	-	-	-	-	-	-	394.058	126.862				
Não circulante	-	-	-	-	-	-	10.942	8.044				
A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 101,05% do Certificado de Depósito Interbancário CDI em 31 de dezembro de 2025 (103,18% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez do Grupo e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e de outros fundos, que aplicam preponderantemente em operações compromissadas, títulos públicos e ativos de renda fixa (CDB, LF) de emissão dos maiores bancos brasileiros, conforme previsto em sua política de investimentos. O montante apresentado no ativo não circulante pelo Grupo é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas a cláusulas contratuais que determinam, em alguns casos, a manutenção em conta reserva, durante toda a vigência dos contratos de financiamentos, de saldo equivalente a, pelo menos, três contraprestações mensais. A exposição do Grupo a riscos de taxas de crédito, risco de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.												
8. Contas a receber de clientes:												
				Consolidado	Consolidado							
				2025	2024							
Serviços de água e esgoto	-	-	-	152.034	131.388							
Renegociações	-	-	-	59.864	58.340							
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	-	-	-	24.614	21.224							
(-) Perdas de crédito esperadas	-	-	-	(131.942)	(116.573)							
Total	-	-	-	104.570	94.379							
Circulante	-	-	-	70.715	61.786							
Não circulante	-	-	-	33.855	32.593							
Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto faturados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representados:												
				Consolidado	Consolidado							
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	Até 365 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Saldo em 2025	
Residencial	40.922	14.968	8.832	6.751	6.568	9.615	23.532	-	70.266	111.188		
Comercial	11.977	3.723	2.076	2.130	1.755	2.668	5.197	-	17.549	29.526		
Industrial	167	44	32	790	30	37	211	-	1.144	1.311		
Setor público	2.826	1.663	1.107	1.035	874	1.194	813	497	7.183	10.009		
Subtotal consumidores	55.892	20.398	12.047	10.706	9.227	13.514	29.753	497	96.142	152.034		
Renegociações (i)	58.938	926	-	-	-	-	-	-	926	59.864		
Total	114.830	21.324	12.047	10.706	9.227	13.514	29.753	497	97.068	211.898		
				Consolidado	Consolidado							
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	Até 365 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Saldo em 2024	
Residencial	33.313	14.793	8.014	5.377	5.011	8.977	18.200	-	60.372	93.685		
Comercial	9.768	3.090	1.619	1.047	1.002	1.799	3.401	-	11.958	21.726		
Industrial	578	112	72	37	39	17	178	-	455	1.033		
Setor público	2.501	1.621	1.301	1.104	1.185	1.716	4.049	1.467	12.443	14.944		
Subtotal consumidores	46.160	19.616	11.006	7.565	7.237	12.509	25.828	1.467	85.228	131.388		
Renegociações (i)	57.447	893	-	-	-	-	-	-	893	58.340		
Total	103.607	20.509	11.006	7.565	7.237	12.509	25.828	1.467	86.121	189.728		
(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2025 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 13.816 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 11,54% a.a. (R\$ 11.382 e 9,95% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 2.434 de ajuste a valor presente (R\$ 1.140 de constituição de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2024). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025 e 2024:												
				Consolidado	Consolidado							
Natureza	Saldo em 2024 (reapresentado)	Adições	Saldo em 2025									
Privado e Público	(55.555)	(13.807)	(69.362)									
Renegociações	(61.018)	(1.562)	(62.580)									
Total	(116.573)	(15.369)	(131.942)									
				Consolidado	Consolidado							
Natureza	01 de janeiro de 2024 (reapresentado)	Resultado Adições	Saldo em									

★ continuação TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

c) Movimentação das amortizações:

	Consolidado		
	2024	2025	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Ativo			
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga	(4.161)	(416)	(4.577)
Instalações técnicas de saneamento	(387.074)	(42.220)	(429.294)
Edificações de estações de tratamento	(60.665)	(18.918)	(79.583)
Máquinas e equipamentos	(33.248)	(7.090)	(40.338)
Outros componentes	(319)	(184)	(503)
Software			
Licença de uso de Software	(1.752)	(124)	(1.876)
Total	(487.219)	(68.952)	(556.171)
	Consolidado		
	2023	2024	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Ativo			
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga	(3.745)	(416)	(4.161)
Instalações técnicas de saneamento	(346.881)	(40.193)	(387.074)
Edificações de estações de tratamento	(45.941)	(14.724)	(60.665)
Máquinas e equipamentos	(27.574)	(5.674)	(33.248)
Outros componentes	(200)	(119)	(319)
Software			
Licença de uso de Software	(1.404)	(348)	(1.752)
Total	(425.745)	(61.474)	(487.219)

O Grupo não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.

13. Fornecedores e empreiteiros:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais, serviços e empreiteiros a pagar	-	17	52.675	33.337
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	-	-	15.743	14.716
	-	17	68.419	48.053
Circulante	-	-	17	61.779
Não circulante	-	-	6.640	3.393

A exposição do Grupo a riscos de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros. 14. Financiamentos e debêntures:

Modalidade	Encargos		Valor final dos contratos		Valor captado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Projeto BNDES	SELIC + 3,13% a.a.	Jul/2028 e	307.552	307.552	307.552	235.768	229.683	
Debêntures	a 3,43% a.a.	Nov/2035	400.000	400.000	-	409.680		
Debêntures	CDI + 2,58% a.a.	Out/2028	800.000	800.000	-	823.514	-	
Debêntures	CDI + 1,20% a.a.	Abr/2030	-	-	-	1.059.282	639.363	
Total						50.377	33.664	
Circulante						1.008.905	605.699	
Não circulante						-	-	

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - financiamentos	Consolidado	
	2025	2024
2027	24.797	
2028	24.518	
2029	24.128	
2030	24.128	
2031 em diante	118.628	
Total	216.199	
Cronograma de amortização da dívida - debêntures		
2030	800.000	
Custo de captação (não circulante)	(7.294)	
Total	1.008.905	

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 9.707 (R\$ 10.114 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. a) **Projetos BNDES:** Em 17 de novembro de 2025, foi liquidado o Sub crédito e no valor nominal total de R\$ 38.325, conforme cronograma de amortização definido em contrato. b) **Debêntures:** A controlada da Companhia emitiu debêntures simples, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Emissão	Datas de pagamento			
	Data de emissão	Valor da emissão	Principal	Juros
7ª emissão	Abril/2025	800.000	Abril/2030	Semestral da emissão

Em abril de 2025, a controlada da Companhia realizou a liquidação antecipada da 6ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 431.649. O Grupo realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes aos financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente. **Garantias:** **Debêntures - 7ª emissão:** A dívida não possui garantias reais atreladas a essa operação. **Projeto BNDES:** As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes da controlada Companhia limitados ao valor mensal de R\$ 6.272; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da controlada da Companhia detidas pela Aegea.

15. Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento:

	Consolidado			
	Financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - (reapresentado)	639.363	74.769	-	714.132
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Financiamentos e debêntures captadas	815.789	-	-	815.789
(-) Pagamentos do principal	(423.110)	(15.267)	-	(438.377)
(-) Custo de emissão de financiamentos e debêntures	(4.902)	-	-	(4.902)
Dividendos pagos	-	-	(200.000)	(200.000)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	387.777	(15.267)	(200.000)	172.510
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	23.890	-	23.890
(-) Juros pagos	(110.203)	(8.248)	-	(118.451)
Provisão de encargos (nota explicativa nº 21)	131.876	8.248	-	140.124
Amortização de custo de captação	5.309	-	-	5.309
Juros capitalizados no intangível e ativo de contrato da concessão	5.160	-	-	5.160
Dividendos destinados	-	-	200.000	200.000
Total das outras variações relacionadas com passivos	32.142	23.890	200.000	256.032
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.059.282	83.392	-	1.142.674
	Consolidado			
	2024	2025		
	Financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Dividendos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024 - (reapresentado)	654.578	2.605	-	657.183
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Financiamentos e debêntures captadas	45.000	-	-	45.000
(-) Pagamentos do principal	(68.382)	(12.030)	-	(80.412)
(-) Custo de emissão de financiamentos e debêntures	(84)	-	-	(84)
Dividendos pagos	-	-	(160.149)	(160.149)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(24.226)	(12.030)	(160.149)	(196.405)
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	84.194	-	84.194
(-) Juros pagos	(70.278)	(4.720)	-	(74.998)
Provisão de encargos (nota explicativa nº 21)	72.182	4.720	-	76.902
Amortização de custo de captação	4.780	-	-	4.780
Juros capitalizados no intangível e ativo de contrato da concessão	2.327	-	-	2.327
Dividendos destinados	-	-	160.149	160.149
Total das outras variações relacionadas com passivos	9.011	84.194	160.149	253.354
Saldo em 31 de dezembro de 2024	639.363	74.769	-	714.132

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	74.769	2.605
Adições	23.890	84.194
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 21)	8.248	4.720
(-) Pagamentos do principal	(15.267)	(12.030)
(-) Pagamentos de juros	(8.248)	(4.720)
Saldo final	83.392	74.769
Circulante	21.143	9.856
Não circulante	62.249	64.913

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. (10,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. **Cronograma:** As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	4.928	4.092	708	1.609
Trabalhistas	67	497	1	1
Tributários	37.210	35.627	4.788	4.788
Ambientais	128	472	1.910	784
Total	42.333	40.688	2.619	7.182

Movimentação das provisões:

Natureza	Resultado		Indenizações para despropriações		Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Reversões	Pagamentos	
Cíveis	1.609	4.972	(1.355)	(4.218)	708
Trabalhistas	1	52	-	(52)	1
Tributários	4.788	-	(4.788) (i)	-	-
Ambientais	784	1.756	(630)	-	1.910
Total	7.182	6.780	(6.773)	(4.270)	(300)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, parte das reversões foram registradas no resultado financeiro, no montante de R\$ 4.472 (R\$ 1.213 em 31 de dezembro de 2024). **Processos considerados passivos contingentes com risco de perda possível:** O Grupo é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras, avaliados pelo Grupo, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R\$ 26.197 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2024), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) **Processos cíveis:** A controlada Prolagos possui processos cíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela controlada da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 7.453 (R\$ 5.258 em 31 de dezembro de 2024). b) **Processos trabalhistas:** A controlada Prolagos é parte envolvida também em processos trabalhistas relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 530 (R\$ 553 em 31 de dezembro de 2024). c) **Processos tributários:** A controlada Prolagos possui processos tributários que totalizam um montante de R\$ 4.085 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2024). d) **Processos ambientais:** A controlada Prolagos possui processos ambientais que totalizam um montante de R\$ 14.129 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.440 em 31 de dezembro de 2024). Os principais processos referem-se à: Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a controlada da Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A controlada da Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da controlada da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.911 (R\$ 2.190 em 31 de dezembro de 2024). • Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2024). **Depósitos judiciais:** O Grupo possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 42.333 (R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2024). O principal depósito judicial refere-se à: Ações judiciais questionando a incidência de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, TUSD e TUST (energia elétrica) no montante de R\$ 34.282, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 32.630 em 31 de dezembro de 2024). **18. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social integralizado é de R\$ 1.675 e está representado por 662.791 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 500.000 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados: **Participação**

	2025	2024
Aegea Saneamento e Participações S.A.	57,00%	57,00%
Projeto Lake S.A.	43,00%	43,00%
Total	100,00%	100,00%

b) **Reserva de capital:** Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). c) **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2025	2024
Dividendos destinados no exercício	158.308	149.127
Dividendos destinados do resultado do exercício	158.308	149.127
Dividendos destinados do resultado dos exercícios anteriores	41.692	10.871
	200.000	159.998

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou dividendos intercalares, no montante de R\$ 158.308 dos quais R\$ 90.236 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 68.072 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. Adicionalmente, foram destinados intermediários no montante de R\$ 41.692, dos quais R\$ 23.765 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 17.927 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. d) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

16. Outras contas a pagar:

	Consolidado	
	2025	2024
Arrendamentos (i)	83.392	74.769
Outros impostos diferidos	356	513
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	-	1.254
Outras contas a pagar	6.580	2.017
Total	90.328	78.553
Circulante	24.014	13.640
Não circulante	66.314	64.913

(i) O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	74.769	2.605
Adições	23.890	84.194
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 21)	8.248	4.720
(-) Pagamentos do principal	(15.267)	(12.030)
(-) Pagamentos de juros	(8.248)	(4.720)
Saldo final	83.392	74.769
Circulante	21.143	9.856
Não circulante	62.249	64.913

17. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais:

O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	4.928	4.092	708	1.609
Trabalhistas	67	497	1	1
Tributários	37.210	35.627	4.788	4.788
Ambientais	128	472	1.910	784
Total	42.333	40.688	2.619	7.182

Consolidado

Natureza	Resultado		Indenizações para despropriações		Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Reversões	Pagamentos	
Cíveis	1.609	4.972	(1.355)	(4.218)	708
Trabalhistas	1	52	-	(52)	1
Tributários	4.788	-	(4.788) (i)	-	-
Ambientais	784	1.756	(6		

★ continuação TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Consolidado				Consolidado	
	01 de janeiro de 2024 (reapresentado)	Resultado	Outros resultados abrangentes (Reapresentado)	2024	2025	2024
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	34.805	4.832	-	39.637		
Provisão para participação nos lucros	1.056	328	-	1.383		
Provisões para demandas judiciais	884	(175)	-	709		
Ajuste a valor presente de clientes	3.482	388	-	3.870		
Arrendamentos	35	589	-	624		
Baixa por perda parcelamentos	23.896	1.890	-	25.786		
Provisão para benefício pós-emprego	827	23	10	860		
Ativo fiscal diferido	64.985	7.875	10	72.869		
Juros capitalizados no ativo de contrato e intangível	(19.054)	(522)	-	(19.576)		
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.466)	399	-	(3.067)		
Amortização de intangível (i)	(13.861)	784	-	(13.077)		
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(392)	(493)	-	(885)		
Baixa por dedutibilidade fiscal	(17.981)	(2.695)	-	(20.676)		
Arrendamento mercantil - Capitalização	-	(389)	-	(389)		
Margem de Construção	-	(1.081)	-	(1.081)		
Passivo fiscal diferido	(54.754)	(3.997)	-	(58.751)		
Ativo fiscal diferido líquido	10.231	3.878	10	14.118		

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2025 R\$ 2.308 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2024). **23. Instrumentos financeiros: Visão Geral:** O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado; Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital do Grupo. **Estrutura de gerenciamento de risco:** O Grupo tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia e suas controladas sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, são de R\$ 131.942, representando aproximadamente 62,27% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão era de R\$ 116.573, representando aproximadamente 61,44% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: *Fitch*, *Standard&Poor's* e *Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (reapresentado)
Bancos conta movimento	6	30	144	8.727
Aplicações financeiras	7	-	-	405.000
Contas a receber de clientes	8	-	-	104.570
	30	144	518.297	238.626

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro do Grupo em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Forneedores e empreiteiros	68.419	68.418	61.778	6.640	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.059.282	1.640.297	163.513	153.066	149.377	146.430	1.027.912
Outras contas a pagar	90.326	136.483	30.262	18.397	9.318	8.673	69.832
	1.218.026	1.845.200	255.554	178.103	158.695	155.103	1.097.744

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia. Não possui exposição ao risco cambial e não utiliza derivativos para gerenciar os riscos de taxa de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

Diretoria		Contador	
Radamés Andrade Casseb	Yaroslav Memrava Neto	Marcelo Bogas	
Diretor	Diretor	CRC SP 253488/O-2	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Tertúlia Participações e Administração S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tertúlia Participações e Administração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Tertúlia Participações e Administração S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024:** O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de março de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 5 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

Instrumentos de taxa variável

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	405.000	134.906
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Financiamentos e debêntures	1.068.989	649.477

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, o Grupo adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2025	Consolidado				
				Provável	25%	50%	-25%	-50%
Exposição Patrimonial								
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	405.000	Variação do CDI	14,90%	60.345	75.431	90.518	45.259	30.173
2 - Passivos financeiros								
Debêntures	(827.268)	Variação do CDI	14,90%	(123.263)	(154.079)	(184.895)	(92.447)	(61.632)
Financiamentos	(166.996)	Variação da TJLP	9,19%	(15.347)	(19.184)	(23.021)	(11.510)	(7.674)
Financiamentos	(74.725)	Variação da Selic	14,90%	(11.134)	(13.918)	(16.701)	(8.351)	(5.567)
1 + 2 - Exposição líquida	(663.989)			(69.399)	(111.750)	(134.099)	(67.049)	(44.700)

Gerenciamento do capital: O Grupo procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata, conforme divulgadas na nota explicativa nº 7 - Aplicações financeiras. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Ativo	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Controladora			
				Valor contábil		Valor Justo	
				2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (i)	6	Custo amortizado	-	30	144	30	144
Total				30	144	30	144
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	13	Custo amortizado	-	-	17	-	17
Total					17		17

	Ativo	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
				Valor contábil		Valor Justo	
				2025	2024 (Reapresentado)	2025	2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (i)	6	Custo amortizado	-	8.756	9.505	8.756	9.505
Aplicações financeiras (i)	7	Custo amortizado	-	10.942	8.044	10.942	8.044
Aplicações financeiras (i)	7	Valor justo por meio do resultado					
Contas a receber de clientes (i)	8	Custo amortizado	Nível 2	394.058	126.862	394.058	126.862
Total				104.570	93.788	104.570	93.788
Passivo				518.326	238.199	518.326	238.199
Fornecedores e empreiteiros (i)	13	Custo amortizado		68.419	48.053	68.419	48.053
Financiamentos e debêntures (ii)	14	Custo amortizado		1.059.282	639.363	1.107.245	674.318
Outras contas a pagar (i)	16	Custo amortizado		6.578	2.017	6.578	2.017
Total				1.134.279	689.433	1.182.242	724.388

(i) Para estas operações o Grupo considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

24. Transações que não afetaram caixa: Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:

	2025	2024 (reapresentado)
Aquisição de ativo de contrato de concessão	24.567	14.025
Pagamento de ativo de contrato de concessão	(14.025)	(4.368)
Aquisições de ativo de direito de uso	23.890	84.194
Custos de empréstimos capitalizados	5.160	4.780

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A controladora Prolagos possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente, excluídos os tributos sobre elas incidentes. O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão, em 2041, em R\$ 848.379. A partir de 2024 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão. **26. Aspectos ambientais:** O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

São Paulo, 30 de abril de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luiz Schincariol
Contador - CRC 1SP257416/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>